

PESCA ARTESANAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E MULHER PESCADORA NA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL NO PERÍODO DE 1990 A 2018

Déborah Araújo Silva

Universidade Federal do Pará -PA - Brasil

William Santos de Assis

Universidade Federal do Pará -PA - Brasil

Flávio Bezerra Barros  

Universidade Federal do Pará -PA - Brasil

Submissão: 07.12.2023 | Aceito: 11.06.2025.

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar de que forma os temas relacionados à pesca artesanal, às políticas públicas e às mulheres pescadoras são abordados na literatura científica nacional. Para isso, utilizamos abordagem de cunho qualitativo. O levantamento da literatura foi realizado em revistas científicas, no *site* do portal de periódicos da Capes e no *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Identificou-se que os trabalhos referentes a políticas públicas e pesca artesanal estão mais propensos a realizar uma descrição do período político e regionalização do debate sobre o tema em vez de buscar caracterizar melhor as políticas públicas do setor. As publicações sobre mulher e pesca no Brasil buscavam evidenciar sua presença no universo da pesca, destacando a visibilidade da vida cotidiana, condições de trabalho e lutas enfrentadas por meio da organização e da mobilização de entidades nacionais e internacionais.

Palavras-chave: gênero; cotidiano; pesquisa bibliográfica; pesquisa qualitativa.

ARTISAN FISHERIES, PUBLIC POLICIES AND WOMEN FISHERMEN IN THE NATIONAL SCIENTIFIC LITERATURE FROM 1990 TO 2018

PESCA ARTESANAL, POLÍTICAS PÚBLICAS Y MUJERES PESCADORAS EN LA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL DE 1990 A 2018

ABSTRACT

The aim of this article was to analyse how topics related to artisanal fishing, public policy and women fishermen are addressed in the national scientific literature. To do this, we used a qualitative approach. The literature survey was carried out in scientific journals, on the website of the Capes journal portal and on the website of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). It was found that the works on public policies and artisanal fishing are more likely to describe the political period and regionalise the debate on the subject, rather than seeking to better characterise the sector's public policies. The publications on women and fishing in Brazil sought to highlight their presence in the world of fishing and the visibility of everyday life, working conditions and the struggles they faced through organisation and mobilisation of national and international organisations were highlighted.

Keywords: gender; everyday life; bibliographical research; qualitative research.

RESUMEN

El objetivo de este artículo fue analizar cómo se abordan los temas relacionados con la pesca artesanal, las políticas públicas y las mujeres pescadoras en la literatura científica nacional. Para ello, se utilizó un enfoque cualitativo. El relevamiento bibliográfico se realizó en revistas científicas, en el sitio web del portal de revistas Capes y en el sitio web de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). Se constató que los trabajos sobre políticas públicas y pesca artesanal tienden más a describir el período político y regionalizar el debate sobre el tema, que a buscar una mejor caracterización de las políticas públicas del sector. Las publicaciones sobre mujeres y pesca en Brasil buscaron resaltar su presencia en el mundo de la pesca y se destacó la visibilidad de la vida cotidiana, las condiciones de trabajo y las luchas que enfrentaron a través de la organización y movilización de organizaciones nacionales e internacionales.

Palabras clave: género; vida cotidiana; investigación bibliográfica; investigación cualitativa.

1 INTRODUÇÃO

A pesca é um tema estudado por diferentes abordagens científicas, visando explicitar diferentes aspectos, como a economia da pesca, as políticas públicas, o conflito entre pesca artesanal e industrial (Santana, 2002), a valorização da oferta e da demanda de pescado (Cowx et al., 2010) e sobre os impactos sociais nas comunidades pesqueiras. Temas como envelhecimento dos pescadores (Torres, 2004), cotidiano de crianças (Cardoso, 2002) e mulheres em comunidades pesqueiras (Simonian, 2006; Maneschy & Almeida, 2002) também fazem parte dos estudos existentes na área.

Neste artigo, busca-se analisar de que forma os temas relacionados à pesca artesanal, às políticas públicas e às mulheres pescadoras são abordados na literatura científica nacional e como estes estão relacionados. Para alcançar tal objetivo, utilizou-se abordagem de cunho qualitativo, que procura compreender determinado fenômeno, seja ele prático ou teórico (Silveira & Córdova, 2009). Na abordagem qualitativa, o foco não é obter uma representatividade numérica, de modo que as pesquisas não precisem limitar-se a determinada amostragem.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se pesquisa por artigos científicos na plataforma *Google Scholar*, no *site* do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e análise documental a partir das páginas

oficiais de ministérios do Governo Federal que têm ligação com o setor da pesca.

A escolha dos textos utilizados para compor este artigo ocorreu por meio das seguintes palavras-chave: “políticas públicas e pesca artesanal”, “mulher e a pesca artesanal”, “mulher pescadora e a pesca artesanal” e, por fim, “mulher pescadora”. De antemão, observamos que existe um universo quantitativo de publicações a respeito do tema e que as diversas abordagens científicas contribuem para entendermos a complexidade e importância do assunto.

No portal de periódicos da Capes, identificou-se um universo maior nos resultados da pesquisa disponíveis quando se utilizou o termo “mulher pescadora”. Apesar de haver um número maior nos resultados da pesquisa, não levamos em consideração os tipos de abordagens utilizadas em cada uma.

No *site* da BDTD, a pesquisa foi realizada utilizando as mesmas palavras-chaves. Com a utilização do filtro “todos os campos”, que corresponde à inclusão do termo em títulos e resumos, encontramos um total de 102 publicações, sendo 63 dissertações e 39 teses. O filtro temporal utilizado (1990 a 2018) nesse *site* encontrou a primeira publicação referente ao tema no ano de 2001.

As escolhas pelas plataformas de pesquisa mencionadas foram realizadas com o intuito de obter uma visão panorâmica das publicações existentes sobre os temas e, com isso, afirmar a relevância para o debate científico. Salienta-se que a análise aqui produzida é fruto do que foi encontrado na amostra feita com base nos indicadores escolhidos.

Ainda sobre a contextualização metodológica, para os temas políticas públicas e pesca artesanal escolhemos três obras científicas centrais. Levamos em consideração o livro publicado por Silva (2015), por apresentar uma descrição do marco regulatório da pesca com clareza; a tese de Azevedo (2012), que realiza o levantamento de políticas direcionadas ao setor pesqueiro no Brasil entre os anos de 2003 e 2011; e o artigo de Goularti Filho (2017), que, assim como as outras autoras, descreve o contexto de criação de autarquias e ministérios ligados à pesca. Justifica-se a escolha das três obras mencionadas porque elas consolidam, em grande parte, a gama de publicações sobre os temas. Os textos resgatam o contexto histórico de políticas públicas direcionadas à pesca em geral e à pesca artesanal.

A partir da literatura, identificamos as páginas oficiais dos ministérios¹ do Governo Federal que estão ligados direta e indiretamente ao setor da pesca e que têm incidência no cotidiano dos pescadores e pescadoras. Conduzimos buscas nas páginas *on-line* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pois é neste que se encontra a Secretaria de Pesca e Aquicultura e os ministérios da Saúde, do Trabalho e da Previdência.

O texto está estruturado em três partes: a primeira, esta introdução, com descrição metodológica; na segunda, realiza-se a aproximação

dos temas principais; por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PESCA ARTESANAL

Nesta seção, realizamos uma aproximação ao tema políticas públicas e pesca artesanal e, na oportunidade, aproveitamos para apresentar a definição utilizada por Oliveira, Trindade e Pereira (2015: 111), que definem políticas públicas como “atividades típicas do estado social de direito e estão relacionadas às estratégias utilizadas pelo governo para a solução de problemas que dizem respeito à sociedade”.

É importante apresentar uma definição sobre políticas públicas, porém não é intuito deste artigo promover um debate acerca das definições existentes, tampouco de suas origens, pois os autores Frey (2000) e Souza (2006) podem ser considerados referências para tal compreensão no debate.

O tema política pública para o setor pesqueiro será apresentado a partir dos principais acontecimentos, por década, no Brasil. Salienta-se que, para este artigo, os autores compreendem que a pesca artesanal é aquela praticada pelo próprio pescador profissional (indivíduo que conta com o Registro Geral de Pesca – RGP), de forma autônoma ou em regime de economia familiar. Nesse tipo de pesca, também estão inseridos os trabalhos de confecção e reparos de apetrechos

1 É importante destacar que, após a reformulação ministerial no ano de 2019, ocorreram inúmeras modificações, tanto com a extinção de alguns ministérios como nas páginas oficiais do Governo Federal. Como exemplo da estruturação, a Secretaria de Pesca e Aquicultura passou a ter três subdivisões: Departamento de Ordenamento e Desenvolvimento da Aquicultura (Depoa), Departamento de Ordenamento e Desenvolvimento da Pesca (Depop) e Departamento de Registro e Monitoramento de Aquicultura e Pesca (DRM).

de pesca, bem como o processamento dos produtos da pesca artesanal.

Sobre os investimentos iniciais, ao relacionar a evolução desses investimentos no setor pesqueiro, pode-se dizer que durante as décadas de 1940 e 1950 houve um “crescimento acelerado da economia brasileira, as atividades pesqueiras desfrutaram dos avanços institucionais regulatórios que organizam o setor, capacitando-o para dar saltos produtivos” (Goularti Filho, 2017: 387).

Na década de 1960, já no período militar, houve a proposta para um novo regulamento da pesca, e “a indústria da pesca passaria a ser considerada como uma indústria de base. Com isso, a pesca passou a gozar dos mesmos privilégios de outros setores industriais, a saber: incentivos e isenções fiscais” (Goularti Filho, 2017: 393).

Para Mendonça (2006), o estado se eximiu de suas obrigações sobre as políticas públicas diretas para o setor [da pesca]; na verdade, estabeleceu “apenas políticas públicas de incentivos fiscais” (Mendonça, 2006: 153). De qualquer modo, esses benefícios fiscais se tornaram o marco inicial para a tentativa de eliminar algumas lacunas existentes na economia. Certo que foi a partir daquele momento que a pesca artesanal ficou à margem das políticas públicas de incentivos ao setor.

Durante a década de 1970 houve uma tentativa de fomentar a pesca artesanal. Criou-se um Plano

de Assistência a Pesca Artesanal (Pescart), o qual estabeleceu uma parceria entre a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). De acordo com Goulart Filho (2017: 398), o “objetivo do Pescart, era dar mais assistência financeira e social aos pescadores artesanais [...] por meio do fortalecimento do associativismo e integração de programas assistenciais”.

Na década de 1980, já com o fim da ditadura e instituída a nova república, houve o desmonte institucional. Para Mendonça (2006), Silva (2015), Azevedo (2012) e Goularti Filho (2017), foi o período da despolitização e de três ciclos curtos da economia (recessão: 1981-1983; retomada do crescimento: 1984-1986; desaceleração: 1987-1989) que favoreceu o desmonte institucional. Os autores chamam de *politização* (militares nos cargos de gerência dos órgãos federais/regionais) o que, atualmente, poderíamos denominar *militarização* (militares das forças de segurança em cargos de chefia/gerência em órgãos e/ou instituições federais). Seguindo a linha cronológica, a partir dos anos 2000, com a criação do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), a pesca artesanal ganhou notoriedade.

Destaca-se que, em grande parte dos trabalhos disponíveis em meio eletrônico, os debates são

construídos com base no governo em exercício², e entender sobre o período político é extremamente importante para compreender e comparar os períodos analisados.

Pesquisas que focam o contexto histórico da pesca, dando pouca ênfase ao debate do conteúdo das políticas públicas para o setor, fragmentam as bibliografias e, para encontrá-las, é necessário “passar um pente finíssimo” na literatura disponível. Isso favorece um entendimento sobre a postura de obter um padrão de termos para temas importantes como o debate sobre políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais.

Ainda se tratando de políticas públicas em âmbito nacional, o crédito rural, concedido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e o seguro-desemprego para o pescador artesanal (seguro-defeso) tornaram-se acessíveis ao pescador artesanal, nas palavras de Mendonça (2006), como uma “forma de suprir as lacunas existentes das necessidades sociais brasileiras relativas ao setor pesqueiro” (Mendonça, 2006: 156).

O crédito rural via Pronaf foi uma maneira de contribuir com o setor pesqueiro para a compra de materiais necessários à pesca. Segundo Mendonça (2006: 154), “trata-se da linha de crédito

destinado a disponibilizar ao produtor rural e às suas cooperativas, incluindo o setor pesqueiro, os recursos para custear suas atividades”.

De acordo com as informações disponibilizadas no site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Pronaf é um programa de

Financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhoria do uso da mão de obra familiar (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES], 2021).

O Pronaf também foi uma forma de contribuir com o pescador artesanal, disponibilizando linhas de crédito para custeio, ampliação ou modernização de sua atividade.

Outra política pública voltada à pesca artesanal é o seguro-defeso para o pescador artesanal, cujo valor disponibilizado é de um salário-mínimo durante o período de defeso³, que consiste na suspensão temporária da atividade pesqueira por causa do período reprodutivo dos peixes.

Em concordância com Mendonça (2006), pode-se dizer que as políticas públicas no setor estão divididas em dois eixos: o primeiro seriam as políticas de regulamentação da pesca, tendo em vista a trajetória

2 Este artigo foi escrito durante o período da pandemia de COVID-19, e o presidente do Brasil à época era Jair Bolsonaro.

3 Também conhecido como *piracema* (período anual em que os peixes se reproduzem).

até chegar à Lei n. 11.959/2009; e o segundo está atrelado aos incentivos ligados à produção, com redução de impostos e modernização de frotas.

Posto isto, na seção seguinte apresentamos um levantamento feito no Portal de Periódicos da Capes, no *site* da BDTD e em páginas de periódicos nacionais para identificar produções acadêmicas a respeito do tema mulher e pesca, com o intuito de demonstrar a relevância do tema para as pesquisas científicas e refletir acerca das políticas públicas existentes na pesca artesanal e, em um exercício, correlacionar os temas citados.

3 MULHER E PESCA: A LITERATURA DA DÉCADA DE 1990 AO ANO DE 2018

Neste item do artigo socializamos as principais abordagens encontradas na literatura conforme a temática mulher e pesca, que surge a partir de 1995, estando presente em evidência até o momento.

Como ponto de partida, escolheu-se uma das principais autoras na região amazônica quando o assunto é mulher e pesca, a professora Cristina Maneschy. A autora, em seu estudo que data de meados dos anos 1990, buscou contribuir para a sociedade com a descrição do cotidiano de mulheres do litoral do estado do Pará (Maneschy, 1995). Nesse contexto, a autora destacou a divisão de tarefas, tanto na pesca como na família e nas atividades relacionadas à agricultura, como fator

que contribui para o não reconhecimento e a desvalorização do trabalho da mulher na pesca.

Os artigos da década de 1990 tratavam, além de outros temas, da invisibilidade da mulher pescadora, isso porque não havia publicações que descrevessem de forma mais detalhada as atividades e as relações sociais e econômicas desse grupo.

Maneschy (1995: 149) considera necessária uma análise do papel da mulher na pesca e justifica o estudo do cotidiano dessas mulheres como forma de “fornecer subsídios para que as políticas de fomento à pesca nesta região considerem o papel das mulheres, tanto as pescadoras quanto as não pescadoras e seus filhos”.

Motta-Maués (1999) realizou pesquisas importantes sobre o tema nos anos 1990. Tendo em vista sua formação acadêmica em Antropologia, a autora se utiliza de várias etnografias sobre a mulher em área pesqueira para embasar sua pesquisa e dar visibilidade à questão de gênero. Tais informações podem ser visualizadas nos trabalhos acadêmicos da época realizados por Motta-Maués (1999).

Pesquisas a partir dos anos 2000 passaram a identificar novas abordagens no que tange à pesca. Maneschy (2000) destaca em seu texto a importância do trabalho desenvolvido por mulheres na pesca e o considera tão importante quanto os trabalhos desenvolvidos pelos homens.

A autora também destaca a relação de riscos e ameaças enfrentados por pescadores e pescadoras, mas destaca que, em grande parte, as estratégias de sobrevivência da família estão sobre a mulher, pois cabe a ela pensar em tipos de mecanismos para cada membro da família desempenhar enquanto seu parceiro está em alto-mar.

Os riscos e ameaças estão ligados à falta de reconhecimento da produção das mulheres e à diversidade de modos de vida na utilização dos espaços terrestres disponíveis para o desempenho de outras atividades, a exemplo das atividades ligadas à lavoura (Maneschy, 2000). Os mecanismos citados anteriormente pela autora referem-se à estratégia utilizada pela mulher para que os demais membros da família se ocupem em funções que tragam retorno financeiro para a casa na ausência temporária do “chefe da casa”.

De acordo com a autora supracitada, o início dos anos 2000 foi marcado pelo interesse crescente sobre o papel da mulher nas comunidades pesqueiras, levando em consideração a divisão sexual do trabalho. Também é possível encontrar em Maneschy (2000) assuntos sobre organização social de representação dos pescadores. A não participação efetiva de mulheres nesses espaços resulta na invisibilidade destas, bem como na ausência do poder público e na falta de acesso a benefícios sociais oriundos de políticas públicas.

Maneschy e Almeida (2002) buscaram captar evidências na formação de novas identidades no setor pesqueiro. Isso ocorreu com o “tornar-se pescadora” a partir da inserção das mulheres em organizações de representação social, a exemplo das associações de mulheres. De acordo com as autoras, a criação de novos espaços de poder e a consequente constituição de sujeitos políticos tendem a desorganizar estruturas relacionais e geracionais.

No mesmo ano, o texto de Cardoso (2002) traz alguns assuntos relevantes sobre o universo da mulher na pesca, entre eles a divisão bipolar do trabalho e o ecofeminismo. O termo *divisão bipolar do trabalho*, utilizado pelo autor, refere-se à divisão de tarefas que são desenvolvidas por homens e mulheres. À época do texto, as atividades desempenhadas pelas mulheres na pesca não eram vistas como trabalho, nem para os que estavam externos ao ambiente da pesca (a exemplo, pesquisadores) nem pelas próprias mulheres. Portanto, o termo estabelecia a distinção entre as atividades da terra (para mulheres) e do mar (para homens).

Cardoso (2002), a partir do referencial do ecofeminismo, destaca a relação da mulher para além das atividades ligadas à pesca e à família. Atividades realizadas na agricultura, como plantio de roçados, manutenção destes, criação de animais e colheitas, também fazem parte da rotina de algumas mulheres na região amazônica.

Cardoso (2002) presenciou essa realidade no município de Marapanim, cidade localizada no litoral do estado do Pará. Furtado (1993) chama essa multiplicidade de tarefas desenvolvidas em áreas ribeirinhas, tanto por pescadores como por pescadoras, de *pescadores polivalentes*.

Estes, vivendo de uma multiplicidade de atividades, configuram o que tenho chamado de *pescadores polivalentes*. Adaptaram-se às condições da sazonalidade nas quais estão envolvidas todas as atividades por eles praticadas, tais como a pesca de subsistência e comercial, a coleta de produtos silvestres, a agricultura de roçados, o cultivo da juta e alguma caça (Furtado, 1993: 251).

A pesquisa de Cardoso (2002) foi realizada em uma vila do município de Marapanim (PA), onde o autor percebeu a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres na captura de crustáceos na localidade. Porém, o autor constatou que não há reconhecimento dessa atividade nem por seus companheiros nem por outras catadoras, por considerarem que, se o trabalho não envolve retorno monetário, não é considerado como tal. Na supracitada vila, ganham notoriedade outros tipos de atividades que estão para além da pesca rio-mar, pois a caça e o roçado também fazem parte do cotidiano dessas mulheres.

O texto produzido por Silva e Simonian (2006) busca discutir os modos de vida das mulheres

em Trambioca, Barcarena (Pará), com o intuito de valorizar o trabalho feminino na Amazônia. Depreende-se do artigo que é preciso investir, também, em políticas de desenvolvimento regional a partir do sujeito mulher como agente de transformação econômica. E, nessa perspectiva, os autores destacam conceitos de divisão sexual do trabalho, relações de gênero e sustentabilidade, estes últimos também conhecidos como *ecofeminismo*.

Outros assuntos encontrados em Silva e Simonian (2006) versam sobre o menosprezo por atividades desempenhadas por algumas mulheres na comunidade em que realizaram o estudo, bem como organizações sociais de representação de pescadores, e o texto enfatiza uma delas: a associação. As autoras destacam que o associativismo proposto em comunidades pesqueiras, em especial no caso estudado por elas, nasceu por exigências do sistema político-econômico. De acordo com Silva e Simonian (2006: 11), “Essa perspectiva tem sido promovida no sentido de garantir estruturas mínimas através das quais grupos diversos possam acessar recursos e que, por sua vez, tem se colocado como uma tendência que leva à fragmentação organizacional”.

Di Ciommo (2007) destaca a questão da equidade de gênero em ambientes participativos, buscando compreender as variáveis que estão presentes no dia a dia dos moradores. Como a pesquisa foi

realizada em comunidades no contexto de reservas extrativistas, o texto tem forte presença das questões ambientais. Além dos temas já mencionados, como participação e meio ambiente, Di Ciommo (2007) também traz reflexões sobre os papéis de produção e reprodução de homens e mulheres, sem levar em consideração um grupo de unidade homogênea – um grupo só de mulheres ou só de homens –, pois a autora reconhece que mulheres e homens têm necessidades e percepções diferentes, mas que durante as práticas cotidianas elas se entrecruzam.

Rufino (2008) buscou refletir sobre estratégias de organização de pescadores e pescadoras e algumas práticas de proteção social em um município do estado do Amazonas. Essas práticas mencionadas pelo autor referem-se ao acesso a recursos financeiros oriundos de políticas públicas direcionadas à pesca, em especial o seguro-defeso, tendo em vista que nem todos os que se consideram pescadores recebem esse recurso. Outros assuntos presentes em Rufino (2008) dizem respeito à falta de participação de mulheres em cargos de destaque nas organizações sociais de representação de pescadores, políticas públicas com inclusão das mulheres para a categoria pescador e falta de condições de trabalho para os mais jovens.

A pesquisa de Martins (2009) utiliza-se de uma abordagem etnográfica, de forma que envolveu a memória das mulheres em torno do trabalho

desempenhado por elas em uma região localizada no município de São Gonçalo (RJ), chamada Ilha de Itaoca. Martins (2009) estabelece uma distinção entre terra e mar para separar as atividades de homens e mulheres daquela localidade, de modo que a autora deixa presente a diferença entre o papel mais forte para os homens e o mais fraco para mulheres, destacando a hierarquia que existe entre mar e terra.

Outra abordagem presente versa sobre a questão do território e do meio ambiente. Este último tem sido impactado por fatores como a poluição, e o resultado influencia as questões estruturais de pesca, a exemplo do afastamento dos mais jovens da profissão de pescador (Martins, 2009). O texto também destaca as narrativas sobre o modo de vida das entrevistadas, e é possível visualizar a questão da divisão sexual do trabalho, porém, a autora não evolui nesse debate.

Machado (2010) destacou os problemas encontrados nas práticas cotidianas de pescadores e pescadoras. Os problemas mencionados estão relacionados ao meio ambiente, a exemplo de explorações desordenadas, incentivos aos grandes projetos de desenvolvimento gerando impactos nas comunidades e a ausência do Estado brasileiro, resultando no que o autor denomina *processo de negatividade da pesca*. Esse processo de negatividade está relacionado à diminuição da produção pesqueira, envolvendo os problemas mencionados anteriormente, levando as gerações

mais jovens a abandonar a arte da pesca e, em alguns casos, a comunidade onde residiam com suas famílias (Machado, 2010).

Em Silva et al. (2011), um dos assuntos presentes também se refere a questões ambientais, incluindo algumas problemáticas, tais como tecnologias inapropriadas, degradação dos recursos disponíveis e políticas de pesca que não levam em consideração o gênero e têm afastado famílias de pescadores das atividades pesqueiras. Outro assunto abordado pelos autores diz respeito à participação de mulheres em espaços de discussão, tanto para fins políticos como sociais, sendo este último também relacionado a conversas sobre o bem-estar. Porém, Silva et al. (2011) destacam que, durante o período de estudos já realizados sobre as comunidades ao longo do estuário do rio Paraíba, “as mulheres têm poucos espaços e oportunidades para refletir sobre tais desigualdades e os papéis que assumem na esfera privada”.

Essa ausência de espaços pode estar relacionada à dupla jornada de trabalho desempenhada por elas em seus ambientes domésticos e extradomésticos. Porém, os autores destacam “a importância da formação de grupos autônomos [...] que buscam propiciar um espaço de encontro onde essas mulheres possam se organizar, elevar a autoestima e tomar consciência da sua subordinação” (Silva et al., 2011). Os autores também destacam o trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres em torno da

pesca. O trabalho produtivo envolve atividades, geralmente externas ao ambiente familiar, e recebem remuneração pela atividade desempenhada.

Já as atividades que acontecem no espaço doméstico, como o cuidado com o lar, com os filhos, dentre outras, são chamadas de atividades reprodutivas, e estas não lhes conferem retorno monetário, como destacado: “ela é a responsável pela manutenção e bem-estar da família sem nenhum valor/pagamento por este serviço” (Silva et al., 2011). Para os autores, essa abordagem sobre o trabalho produtivo e reprodutivo é um fator importante para compreender a divisão sexual do trabalho na vida dessas mulheres. “A divisão sexual do trabalho tem por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva” (Silva et al., 2011).

Silva et al. (2011: 10) destacam as relações de desigualdades enfrentadas pelas mulheres e ressaltam que “as mulheres marisqueiras além de enfrentarem essa desigualdade nas relações de gênero, o trabalho que exercem não é reconhecido formalmente, não tem estatuto legal, não possuem direitos à seguridade social e direitos a formação profissional”. Porém, em 2019, as marisqueiras foram reconhecidas formalmente como categoria profissional, enquadradas como pescadoras artesanais, a partir da aprovação da Lei n. 13.902,

que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades de mulheres marisqueiras.

As autoras Maneschy, Siqueira e Álvares (2012: 714) destacam a inexistência de políticas do setor da pesca que levem em consideração a questão da mulher: “Políticas setoriais têm sido incipientes na incorporação da dimensão de gênero”, pois essas políticas ainda têm foco na produção para pescadores. As autoras nomeiam a ausência de política específica para mulheres pescadoras de “miopia” estatal, mas esta não está relacionada apenas a essa inexistência ou parcialidade de políticas setoriais. Conforme destacado por elas, a falta de reconhecimento do trabalho das pescadoras e outras questões no mesmo sentido “não exprimem uma miopia própria ao setor pesqueiro, uma disfunção a ser corrigida com a reforma de dispositivos legais ou vigilância na aplicação de direitos existentes” (Maneschy et al., 2012: 717).

Uma reflexão importante encontrada em Maneschy et al. (2012) é a relação que as mulheres pescadoras desenvolvem com seus territórios, notadamente no que se refere ao meio ambiente. O artigo discute os incentivos à pesca industrial e suas práticas que não valorizam as relações sociais existentes entre o pescador e pescadora artesanal com o meio ambiente ao qual pertencem. Por isso, muitos trabalhos acadêmicos passaram a valorizar as práticas e saberes locais e tradicionais para a valorização dos recursos naturais.

No mesmo sentido de valorização, é importante destacar a participação e a contribuição de agentes externos nas comunidades no intuito de conhecer a realidade da vida desses cidadãos. As autoras supracitadas também destacam a participação de outros agentes no cotidiano das comunidades, ressaltando “a importância da participação dos agentes locais para lidarem com a complexidade dos ecossistemas” (Maneschy et al., 2012: 720).

Na pesquisa realizada por Leitão (2013) nos estados de Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Pará, a autora propôs visibilizar o cotidiano de mulheres por meio dos estratos econômico, cultural, político e social, levando em consideração a divisão sexual do trabalho na pesca artesanal. Na categoria cotidiano, a autora destaca a

[...] discriminação ou invisibilidade da mulher na cadeia produtiva da pesca [...]; desconhecimento de direitos sociais [...]; dificuldades de acesso aos espaços de poder nas colônias e associações [...]; presença do atravessador [...]; e a falta de um comércio justo (Leitão, 2013: 103).

Muito embora a autora tenha feito essa divisão por estratos, na categoria cotidiano ela destaca a invisibilidade da mulher pescadora no plano profissional da pesca artesanal, permitindo que o protagonismo ainda seja masculino no setor e, conseqüentemente, a ausência de políticas específicas direcionadas à pescadora.

No estudo realizado por Fonseca et al. (2016) em uma comunidade pesqueira em Rio das Ostras (RJ), os autores destacaram as desigualdades encontradas no cotidiano da pesca. De acordo com eles, os argumentos encontrados teoricamente para explicar essa desigualdade de distribuição do trabalho e das profissões entre os pescadores e pescadoras se encontram em explicações biológicas, sociológicas e culturais. Os autores destacam estudos realizados anteriormente e constataam que essa divisão sexual de trabalho é parte de um processo ao longo dos anos:

Estudos pretéritos sugerem que a divisão sexual do trabalho prevalece na atividade pesqueira e determina, caracteriza diferenças entre as atividades desempenhadas pelas mulheres das que são executadas pelos homens, bem como fazem o mesmo no que se refere às suas responsabilidades (Fonseca et al., 2016: 233).

Também está presente em Fonseca et al. (2016) a utilização do conceito de trabalho produtivo de Karl Marx, bem como o destaque para a Lei n. 11.959/2009, que versa sobre a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura. Os autores enfatizam a ausência de termos de distinção entre os gêneros na atividade na referida lei.

A pesquisa de Ferreira e Parente (2017) traz à tona questões relacionadas ao meio ambiente. O texto traz um estudo de caso sobre o impacto de grandes projetos no cotidiano de mulheres pescadoras que residiam no entorno da hidrelétrica

de Estreito (MA), cujo reassentamento para outras áreas, de acordo com as autoras, não levou em consideração o modo como as pessoas viviam na localidade anteriormente à construção da hidrelétrica.

Outro assunto encontrado em Ferreira e Parente (2017) está relacionado à desvalorização do trabalho da mulher em áreas pesqueiras. As autoras destacam que a desvalorização ocorre tanto por parte de pessoas que estão externas às áreas de pesca quanto pelos que se encontram nas próprias comunidades, a exemplo de alguns homens pescadores que não enxergam a mulher como pescadora. Ferreira e Parente (2017) chegam à conclusão de que ainda persiste a questão da invisibilização da mulher pescadora. Essa invisibilização é retratada pela marginalização (referente a estar à margem, distante) de algum tipo de assistência direta para essas mulheres.

No artigo de Goes e Cordeiro (2018), é possível encontrar os assuntos sobre trabalho remunerado e não remunerado. Este último refere-se a atividades voltadas ao autoconsumo familiar e ao trabalho doméstico, evidenciando a divisão do tempo da mulher pescadora entre as atividades familiares e extrafamiliares. Outro assunto destacado pelas autoras refere-se a políticas públicas direcionadas ao setor da pesca e que também afetam a mulher pescadora.

Ainda de acordo com Goes e Cordeiro (2018), a ausência de políticas públicas específicas para esse segmento está relacionada à ausência de participação política nas decisões implementadas pelo governo no setor da pesca ao longo dos anos. Levando em consideração a divisão sexual do trabalho, as mulheres não são reconhecidas como pescadoras, e as autoras sugerem um fortalecimento das organizações externas e internas, com incidência direta nessa temática em nível local como um possível caminho a seguir para a maior aderência a espaços de debate e decisão.

Rodrigues et al. (2018), além da utilização dos termos *reprodução* e *produção social*, destacam a chamada invisibilidade estatal, referente ao não reconhecimento das mulheres pescadoras como portadoras de direitos. Os autores destacam: “Embora que com a Lei 11.959/2009 tenha-se aberto um espaço para a inserção oficial das mulheres da pesca artesanal e, conseqüentemente, seu reconhecimento enquanto profissionais, os efeitos destas medidas ainda são muito pouco observados na prática” (Rodrigues et al., 2018: 117).

As conseqüências podem aparecer quando elas precisarem acessar algum tipo de benefício, como seguro-desemprego, seguro-defeso, auxílio-doença, até mesmo na contagem do tempo para a aposentadoria, e não conseguirem, pelo fato de não pertencerem oficialmente a uma categoria laboral (Rodrigues et al., 2018). Ainda no que tange às atividades produtivas, os autores destacam que essas relações são compreendidas como uma

extensão dos trabalhos domésticos e chegam à conclusão de que a dupla jornada de trabalho é um dos fatores que inibem a participação de mulheres pescadoras em espaços deliberativos.

3.1 REFLEXÕES SOBRE O TEMA MULHER E PESCA

Aqui, apresentamos algumas reflexões sobre os principais temas e abordagens teóricas encontrados na literatura apresentada na seção anterior. Para uma melhor visualização, elaboramos o Quadro 1 com os principais achados.

Foi possível visualizar 11 abordagens teóricas e 22 temas na literatura utilizada no período mencionado. No trabalho de Souza, Ribeiro e Martinez (2019) foram encontrados alguns temas bem semelhantes aos que expomos neste artigo, e o método que as autoras utilizaram foi a revisão de teses e dissertações. Essas são algumas das diversas abordagens passíveis de serem encontradas em pesquisas ligadas à mulher e à pesca.

Quando o tema é mulher pescadora, a abordagem teórica mais utilizada na literatura é a divisão sexual do trabalho, seguido pela abordagem do cotidiano. Esses temas relacionam-se à questão das abordagens relacionadas ao trabalho e, conseqüentemente, aos temas ligados ao meio ambiente e relações de gênero, que também podemos relacionar ao surgimento da abordagem do ecofeminismo.

Com base nos artigos utilizados nesta revisão, a Figura 1 traz uma representação gráfica sintetizando a literatura nacional sobre o assunto e o contexto em que esses estudos foram realizados.

Quadro 1 – Principais abordagens e temas encontrados na literatura pesquisada.

ABORDAGENS TEÓRICAS	TEMAS
Gênero; Divisão sexual do trabalho; Ecofeminismo; Participação; Políticas públicas; Trabalho; Cotidiano; Território; Sustentabilidade; Novas identidades; Organização social.	Divisão de tarefas; Divisão bipolar do trabalho; (In)visibilidade de gênero; Valorização dos trabalhos da mulher; Modos de vida das mulheres; Vida material e vida simbólica; Relações de gênero; Equidade de gênero; Papéis de produção e reprodução; Ausência de políticas públicas; Ausência do poder público; Políticas de desenvolvimento; Trabalho remunerado e não remunerado; Juventude; Idosos; Crianças; Práticas cotidianas; Falta de condições de trabalho; Meio ambiente; Novos espaços de poder; Novos sujeitos políticos; Processo de socialização.

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir da literatura, percebe-se que, quando o grupo social entende seu real papel na sociedade, os novos espaços de poder surgem propiciando a formação de sujeitos políticos capazes de, por meio da participação, reivindicar soluções para seus pares. Entende-se que, se há participação de determinados grupos sociais, nesse caso específico, as mulheres pescadoras, esta incidirá no ambiente do poder público, e o retorno disso ocorre quando as soluções incidem no território de suas comunidades.

Diante disso, buscou-se organizar os temas encontrados em cada ambiente, conforme a literatura utilizada. As abordagens sobre divisão de tarefas, trabalho remunerado e não remunerado, vida simbólica e material podem ser inseridas no

Ambiente 01, pois é onde o cotidiano se origina, é o local onde ocorrem as divisões entre os próprios sujeitos. No Ambiente 02, encontram-se as questões de gênero, valorização do trabalho, novas identidades, ecofeminismo, divisão sexual do trabalho, novos espaços de poder, constituição de sujeitos políticos, dentre outros.

Porém, como foi constatado na literatura dos anos de 1990 até meados dos anos 2000, as mulheres pescadoras limitavam-se aos ambientes da casa, levando em consideração os trabalhos na agricultura e na pesca, e cabia aos homens a atuação nos ambientes de cunho participativo. Todavia, isso sofreu algumas alterações, conforme análise das abordagens encontradas. As mulheres passaram a se destacar em alguns ambientes da

pesca, favorecendo a criação de novos espaços de poder. Portanto, a efetiva participação dos grupos sociais em seus territórios incide nas áreas do

Ambiente 03, retornando (incidindo) o poder público com algum tipo de proposta nos territórios dos grupos sociais.

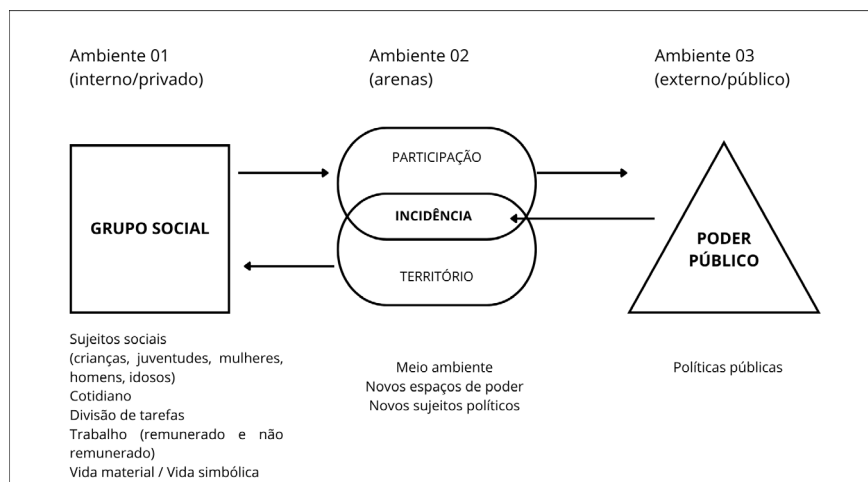


Figura 1 – Síntese da literatura. Fonte: elaborada pelos autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a pesca artesanal aparece como um campo de estudo contínuo e fortalecido pelos diversos estudos nas mais distintas áreas científicas. Quanto ao tema políticas públicas ligadas à pesca artesanal, esses estudos estão propensos a realizar uma descrição do período político e regionalização do debate em vez de buscar caracterizar melhor as políticas públicas do setor. Em outras palavras, é uma leitura mais horizontal (por região) e menos vertical (em nível nacional).

Sobre as publicações acerca da questão mulher e da pesca no Brasil, os/as pesquisadores/as buscavam evidenciar a presença da mulher no universo da pesca, destacando a visibilidade da vida cotidiana, as condições de trabalho e as lutas enfrentadas pelas mulheres pescadoras por meio

da organização e da mobilização de entidades nacionais e internacionais. Como pode ser visto na maioria dos trabalhos, os referenciais teóricos que aparecem com frequência utilizam a abordagem acerca do trabalho e da divisão sexual do trabalho. Outras abordagens, como participação e identidade, são assuntos bem próximos entre si, pois, conforme as mulheres pescadoras se auto reconheceram como tais, passaram a exigir mais dos agentes políticos e sociais em volta.

Muito embora tenhamos enfrentado algumas limitações no que tange aos termos utilizados na busca, tanto para a pesquisa sobre políticas públicas e pesca quanto para mulher e pesca, conseguimos alcançar o objetivo proposto ao correlacionar os temas, ainda que de forma preliminar e não exaustiva. A discussão não exaustiva feita a partir dessas obras alerta para

a necessidade de aprofundamento de estudos, mesmo em temas já consagrados, mas também de temas emergentes. Os esforços de pesquisadores podem ajudar na melhoria da organização social das mulheres pescadoras, visando à autodeterminação e ao reconhecimento de seu papel na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

Azevedo, Natália Tavares de. 2012. Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003 – 2011). Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, Curitiba.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2021. *Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>

Cardoso, Luís Fernando Cardoso e. 2002. O cotidiano da criança em uma comunidade de pescadores, in *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*, pp. 153-172. Editado por Lurdes Gonçalves Furtado e Helena Dóris A. Barbosa Quaresma. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Cowx, Ian; Almeida, Oriana; Bene, C; Brummett, R.; Bush, Simon; Darwall, Will; Pittock, J.; e Brakel, M. van. 2010. A valoração da pesca em águas continentais. *Novos Cadernos NAEA*. 13(1): 71-103. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v13i1.448>

Di Ciommo, Regina Célia. 2007. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. *Ambiente & Sociedade*. X(1): 151-163. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100010>

Ferreira, Magna Marinho; e Parente, Temis Gomes. 2017. Gênero e trabalho das mulheres pescadoras dos reassentamentos rurais no extremo norte do Tocantins. *Revista Desafios*. 3(spe.): 30-33. <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2016v3nespp30>

Frey, Klaus. 2000. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente a prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. (21): 211-259. <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>

Fonseca, Marília; Alves, Fátima; Macedo, Márcio Chagas; e Azeiteiro, Ulisses M. 2016. O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras, RJ, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada*. 16(2): 231-241. <http://dx.doi.org/10.5894/rgci593>

Furtado, Lourdes de Fátima Gonçalves. 1993. “Reservas pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas, in *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*, pp. 243-276. Editado por Lourdes Gonçalves Furtado; Wilma Leitão; e Alex Fiuza de Mello. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.

Goes, Lidianne de Oliveira; Cordeiro, Rosineide de Lourdes Meira. 2018. A mulher pescadora no cotidiano da pesca artesanal. *Psicologia em Revista*. 24(3): 778-796. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p778-796>

Goularti Filho, Alcides. 2017. Da Sudepe à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. (49): 385-412. <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/763/456>

Lei 13.902. Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. Secretaria Geral da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13902.htm

Leitão, Maria do Rosário de Fátima Andrade. 2013. Gênero, pesca e cidadania. *Amazônica Revista de Antropologia*. 5(1): 98-115. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v5i1.1307>

Machado, Michael Ferreira. 2010. *Entre a terra e o mar: o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras no Brasil*. 10º CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Niterói.

Maneschy, Maria Cristina. 1995. A mulher está se afastando da pesca? continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Série Antropologia*. 11(2): 145-166. <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/821/1/B%20MPEG%20Ant%2011%282%29%201995%20MANESCHY.pdf>

Maneschy, Maria Cristina. 2000. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. *Proposta*. 29(84): 82-91.

Maneschy, Maria Cristina; e Almeida, Marineide Pereira. 2002. Tornar-se pescadora: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos, in *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato*

no Pará, pp. 47-82. Editado por Jean Hébette; Sônia Barbosa Magalhães; e Maria Cristina Maneschy. Belém: EDUFPA.

Maneschy, Maria Cristina; Siqueira, Deis; e Álvares, Maria Luzia Miranda. 2012. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Estudos Feministas*. 20(3): 713-737. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300007>

Martins, Maria Cristina. 2009. As narradoras de Itaoca: trabalho, infância e produção de saberes no cotidiano de mulheres pescadoras, in *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa*, pp. 247-270. Editado por Manoel Mendonça Filho e Maria Teresa Nobre. Salvador: EDUFBA. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/3w52w/pdf/mendonca-9788523208974.pdf>

Mendonça, Sandro Augusto Teixeira de. 2006. A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas: o caso da pesca artesanal do rio São Francisco. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos. <https://doi.org/10.11606/T.18.2016.tde-29012016-124715>

Motta-Maués, Maria Angélica. 1999. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica*. 3(2): 377-399. <https://doi.org/10.4000/etnografica.3049>

Oliveira, Edenis César de; Trindade, Fabrício Henrique; e Pereira, Raquel da Silva. 2015. Políticas públicas indutoras do desenvolvimento sustentável local: um estudo sobre o Programa Município Verde na Região do Grande ABC. *Administração Pública e Gestão Social*. 7(3): 109-119. <https://doi.org/10.21118/apgs.v7i3.4493>

Rodrigues, Davi Henrique Xavier Branco Carioni; Jorge, Clara de Lima Patrizi; Oliveira, Marina Freire; e Lianza, Sidney. 2018. A participação das mulheres na pesca artesanal: uma pesquisa exploratória no Canto de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro. *Revista Tecnologia e Sociedade*. 14(32): 173-193. <http://dx.doi.org/10.3895/rt.v14n32.7917>

Rufino, Dilton Mota. 2008. Estratégias de organização das mulheres e dos homens pescadores do Careiro da Várzea/AM. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis.

Santana, Graça. 2002. Pesca industrial: um problema socioambiental, in *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*, pp. 173-190. Editado por Lurdes Gonçalves e Helena Dóris A. Barbosa Quaresma. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Silva, Christian Nunes da; e Simonian, Ligia Terezinha Lopes. 2006. A questão de gênero: um breve estudo no estuário amazônico. *Papers do NAEA* (200). <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/11485/7922>

Silva, Emanuel Luiz Pereira da; Conserva, Marinalva de Sousa; Freire, Cristiane Cavalcanti; e Nogueira, Ariana. 2011. Um debate necessário: as desigualdades no cotidiano das mulheres pescadoras do estuário do rio Paraíba, Brasil. *Anais do I Circuitos de Debates Acadêmicos*. <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo28.pdf>

Silva, Cátia Antônia da. 2015. *Política pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais do Brasil* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Consequência.

Silveira, Denise Tolfo; e Córdova, Fernanda Peixoto. 2009. A pesquisa científica, in *Métodos de pesquisa*, pp. 33-44. Editado por Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira. Porto Alegre: Editora da UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213838>

Simonian, Ligia Terezinha Lopes. 2006. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha de Trambioca, Barcarena, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 1(2): 35-52. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222006000200004>

Souza, Celina. 2006. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. 8(16): 20-45. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

Souza, Suelen Ribeiro de; Ribeiro, Natália Soares; e Martinez, Silvia Alicia. 2019. Mulheres em comunidades pesqueiras no Brasil: um balanço da produção em teses e dissertações (2007-2017), in *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*, pp. 21-50. Organizado por Silvia Alicia Martinez e Luceni Hellebrandt. Campos dos Goytacazes: Eduenf. https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf

Torres, Vera Lúcia Scaramuzzini. 2004. *Envelhecimento e pesca: redes sociais no estuário amazônico* (Coleção Megam 3). Belém: Cejup.